

"No planeta Marte existiu um acordo com algum FMI há mais de 60 mil anos e certamente também uma economia neoliberal."

Hugo Chávez, presidente da Venezuela, ontem, em Havana, ao participar, com mais dez chefes de estado e de governo, da 6ª Conferência das Nações Unidas para a luta contra a desertificação e a seca.

O risco do pobre



MARCELO
CÔRTE
NERI

As chamadas políticas estruturais de combate à pobreza transferem ativos produtivos aos miseráveis. Isto é, "não dão o peixe mas a vara de pescar". Estas políticas podem exercer três tipos de efeitos sobre o bem-estar dos seus beneficiários. Primeiramente, o efeito-direto derivado da posse de ativos específicos (ex: moradia). Isso implica, na prática, expandir medidas de bem-estar baseadas em renda considerando a posse de recursos diversos. Esse ponto é especialmente importante na América Latina dada nossa tradição de indicadores de pobreza e desigualdade baseadas em renda mensal.

O segundo efeito é que níveis mais altos de ativos podem aumentar a capacidade de geração de renda dos miseráveis (ex: educação). A avaliação das taxas de retorno, utilização e acesso aos diferentes tipos de recursos ajuda o desenho de políticas de reforço de capital a serem implementadas.

O último efeito das políticas estruturais é melhorar a habilidade dos miseráveis em lidar com flutuações de suas rendas. O papel de suavização do consumo assumi-

do pelos recursos depende, por sua vez, de quão são desenvolvidos os diversos segmentos do mercado financeiro amortecedores de choques (ativos, crédito e seguro). A avaliação desse efeito requer uma análise da dinâmica do processo de renda individual e uma avaliação das instituições que condicionam comportamentos financeiros. Tratamos aqui da medição de algumas propriedades dinâmicas da renda usando dados de painel. Isto é, aqueles que acompanham os mesmos indivíduos ao longo do tempo. Lançamos mão da possibilidade de avaliar a dinâmica de curto prazo da renda do trabalho metropolitana usando informação longitudinal da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE. A PME replica o modelo do Current Population Survey (CPS) americano coletando informações no mesmo domicílio oito vezes durante um período de 16 meses. Mais especificamente, os meses t , $t+1$, $t+2$, $t+3$, $t+12$, $t+13$, $t+14$, $t+15$.

A dinâmica da renda é um determinante essencial do bem-estar dos miseráveis justamente pela relativa escassez de instrumentos financeiros. Discutimos três aspectos relacionados: a extensão da volatilidade da renda, a intensidade dos movimentos de saída da pobreza e o impacto do período usado para medir a renda individual nas medidas de pobreza.

O primeiro aspecto dinâmico considerado é a extensão da volatilidade da renda real nos diversos extratos da po-

pulação brasileira, obtida da concatenação de quatro informações mensais consecutivas dos mesmos indivíduos. Calculamos a média da variância temporal do log da renda per capita ao longo desses quatro meses. A média geral da volatilidade de corresponde a 0,16, estatística superior do que a da população não pobre, 0,12. E mais, esse é um resultado robusto já que o resultado se manteve para cada um dos 182 períodos cobertos na amostra. Um exercício similar foi feito utilizando a mediana da educação dos chefes de família como critério para separar os mais miseráveis. As famílias com chefes mais escolarizados também apresentaram uma menor volatilidade de renda, 0,14. Por fim, a inspeção das séries temporais de volatilidade das rendas indica coincidência de máximos locais com os picos de inflação de 1985, 1989 e 1994.

Em segundo lugar, um alto grau de mobilidade social é normalmente visto como um atributo desejável. Agora, dependendo de como ela é medida, podemos terminar rotulando parte da instabilidade da renda existente como mobilidade social. Por outro lado, se medimos variável econômica estritamente positiva como renda, uma alta variância traduzida como risco pode ser percebida como qualidade. No sentido que quando se pode somente melhorar (ex: renda zero), a alta variabilidade medida reflete as maiores chances de um indivíduo sair de um estado ruim. A pró-

babilidade de saída da pobreza num período de 12 meses é de 27,0%. Quando separamos a amostra de pobres, pelo nível mediano de escolaridade dos chefes das famílias, observamos uma probabilidade mais baixa de saída da pobreza para aqueles com menos escolaridade, 23,6%, do que para os mais escolarizados, 30,4%.

O último exercício dinâmico realizado foi comparar medidas de pobreza usando janelas de 1 mês e de 4 meses para aferir renda. Isto é, comparamos medidas de pobreza por um período de quatro meses consecutivos usando a média da renda per

Comparar desigualdade de renda anual como nos EUA, com base mensal como no Brasil, é comparar laranjas com bananas

capita durante esse período de quatro meses e os resultados obtidos tratando cada uma das quatro observações individuais de forma independente. A diferença impressiona, especialmente quando tratamos de medidas de pobreza que levam em consideração a desigualdade entre os pobres como o P2. Durante todo o período a diferença atingida é de 11% para P0, 24% para P1 e 32% para P2. Em certos períodos de alta instabilidade econômica, como em 1989, a diferença do P2 ultrapassa os 65%.

A fim de avaliar a adequação das dife-

rentes janelas de medição da renda implícitas nas medidas de pobreza, é necessário considerar o papel de instrumentos financeiros formais e informais. Pois os indivíduos extraem a utilidade do consumo e não da renda do trabalho em si. A operação de mercados de capitais permite suavizar o consumo apesar da volatilidade da renda. Num contexto de mercados completos, o conceito de renda relevante corresponderia à renda média (permanente) sobre o horizonte de planejamento do indivíduo. Por outro lado, a existência das falhas do mercado de capital implica na diminuição do período a ser usado para medir a renda. Nesse caso o uso de curtos períodos para a mensuração de renda faz mais sentido.

Duas lições emergem deste tipo de exercício: comparações internacionais de desigualdade baseadas em diferentes períodos de mensuração de renda, como a base anual nos EUA com a mensal no Brasil, é comparar laranja com bananas. Por fim, parte da redução da pobreza observada em períodos pós-estabilização (ex: 1986, 1990 e 1994) deve-se mais à redução da volatilidade do que da desigualdade de renda. Episódios de estabilização, como o nome sugere, trouxeram mais estabilidade do que equidade.

Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras. E-mail: mcneri@fgv.br